

Contribuição para o ensino da História e Cultura Africana*

Newton Antonio Paciulli Bryan

Wilson Gomes de Almeida

Uma coletânea multidisciplinar

A concepção e organização da presente publicação buscou refletir a abordagem multidisciplinar adotada na concepção do Curso Questões do Desenvolvimento da África Pós-colonial, realizado na Faculdade de Educação da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) no primeiro período letivo de 2017. Entretanto, sua forma de organização original, com docentes da casa e professores convidados através da modalidade de aulas abertas que ministraram palestra e debateram tema da sua área de especialização para oportunizar aos participantes uma reflexão acadêmica sobre aspectos gerais, foi ampliada contando com abordagens especializadas sobre a história, a cultura e as realidades africanas. Nessa perspectiva foram oferecidos conteúdos abrangendo amplo diapasão temático, com o que se pretendeu contribuir para o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva da disseminação crítica com abordagens relacionadas às dinâmicas afro-brasileiras e histórico-cultural africana visando a sua compreensão no contexto educacional brasileiro à luz de requerimentos da Lei 10.639/2003 no tocante à capacitação docente.

As raízes africanas do Brasil se evidenciam imediatamente por ter a maioria de sua população originária desse continente contíguo a suas fronteiras geográficas, abstraindo-se a faixa oceânica, decorrente do tráfico de escravos promovido pelos impérios coloniais durante séculos. Essas raízes marcam profundamente todas as expressões culturais que caracterizam o Brasil moderno: os saberes, as artes e as técnicas.

Entretanto, apesar dessas evidências, tem sido quase que ausente nos currículos escolares em todos os níveis o estudo aprofundado da História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Várias foram as iniciativas que localmente e de forma pioneira procuraram suprir essa necessidade essencial de resgatar as raízes africanas da sociedade e cultura brasileira. Lamentavelmente elas comu-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-09-3-0-f.11-26

mente têm apresentado um caráter episódico decorrente principalmente da falta de apoio oficial. Felizmente, nas últimas décadas, após um intenso debate público, foi promulgada uma lei federal instituindo a obrigatoriedade do seu ensino na educação básica.

Como já referido, a presente coletânea tem como objetivo apresentar reflexões e dados sobre aspectos fundamentais desse tema à comunidade escolar brasileira. Na sua maioria, os textos que dela fazem parte foram apresentados e discutidos em um seminário promovido pela coordenação de licenciaturas da Faculdade de Educação da Unicamp. Outras contribuições foram agregadas posteriormente em resposta à nossa solicitação a pesquisadores que abordaram temas que não haviam sido abarcados nesse curso e que foram considerados importantes para sua complementação e aprofundamento.

Continente de grande dimensão, berço de civilizações milenares e dotado de imensa diversidade cultural e societal, a África coloca dilemas cruciais ao seu estudo. Procuramos, neste trabalho, abarcar o continente na sua totalidade, assim, introduzimos também o debate sobre a cultura do norte-africano, de matriz árabe, e da sua influência na constituição da identidade cultural africana. Entretanto, dada a amplitude do tema e considerando a disponibilidade de material acadêmico para consulta, optamos por estabelecer um recorte histórico para nossa abordagem pondo como marco inicial a emergência do movimento de libertação nacional dos povos africanos e, como figura exemplar desse processo originado nos anos 1950, o líder africano Patrice Lumumba.

Referência do curso Questões do Desenvolvimento da África Pós-colonial, Patrice Eméry Lumumba (nascido em Onalua/Congo Belga, 2 de julho de 1925), foi um líder político africano adepto do pacifismo. Filho de pais camponeses pobres foi educado nos valores comunais e tradições humanistas africanos. Teve sua iniciação na educação formal em escola missionária católica, e continuada em escola vocacional protestante mantida por metodistas suecos, onde realizou os estudos ginasiais. Concluídos os estudos básicos, com a idade de 18 anos, Lumumba transfere-se para a cidade de Kindue onde trabalha como operário na companhia Syndicat Minier Africain (Symaf).

Ingressou na militância política aos 23 anos de idade engajando-se nas lutas pela libertação do Congo do jugo belga enfrentando a repressão colonial e tendo sido por esse motivo preso inúmeras vezes. Autodidata, aprofundou seus conhecimentos gerais e sobre o *modus operandi* do sistema colonial através da prática sistemática da leitura e do exercício da escrita colaborando para jornais como o “Uhuru” e “Independence” de circulação no território congolês, sendo marca registrada do pensamento político e discursos a defesa da inde-

pendência nacional e da unidade africana – como os pronunciados na I Conferência Pan-Africana dos Povos (Accra/Gana, 1958) e no Seminário Internacional sobre Cultura (Ibadan/Nigéria, 1959).

Aliado à sua condição de sindicalista, funda em 1958 o Movimento Nacional Congolês (MNC), única agremiação do gênero constituída em bases não tribais e do qual se torna o principal líder. Nessa condição luta pela bandeira da construção da unidade nacional do Congo em torno de uma república federativa em oposição às lideranças secessionistas.

Nas eleições parlamentares de maio de 1960, que se seguiram à conferência belga congoleza realizada em Bruxelas em que foi acordada, entre os nacionalistas congolezes e a potência colonial, a independência do Congo, o MNC e partidos coligados conquistaram a maioria dos votos; segue-se a proclamação da independência do Congo a 20 de junho do mesmo ano e Patrice Lumumba é nomeado primeiro-ministro da ex-colônia e nova república.

Na solenidade da independência Lumumba pronuncia um discurso (não previsto no protocolo) na presença do rei Balduino, da Bélgica, e de outros dignitários estrangeiros, no qual denunciou sem meias palavras os crimes hediondos do colonialismo belga sobre o povo congolês e traçou as perspectivas do futuro Congo livre, atitude corajosa que significou (com as primeiras medidas nacionalistas que adotou como primeiro-ministro, como por exemplo a recusa em herdar a pesada dívida monetária contraída pela metrópole junto ao Banco Mundial para benefício de corporações belgas instaladas no Congo) o equivalente a assinatura do seu próprio atestado de óbito.

Em setembro de 1960 sob pressão belga e a ingerência direta dos Estados Unidos da América e outras potências neocoloniais como Inglaterra, França e Alemanha, Lumumba foi demitido pelo presidente Joseph Kasavubu, perseguido e preso por militares obedientes a Bruxelas sob o comando do coronel Joseph Mobutu. Barbaramente torturado e assassinado, Lumumba, com 35 anos de idade, teve seus restos mortais incinerados e destruídos com ácido com o objetivo de impedir ao povo congolês erigir um Memorial em sua honra, onde poderia buscar inspiração e energias para prosseguir a luta pela emancipação completa do Congo na senda anti neocolonial.

A carta que Lumumba enviou a sua mulher Pauline (publicada na revista *Jeune Afrique*), quando já previa que seria assassinado pelos militares congolezes subordinados ao poder colonial, é ao mesmo tempo uma despedida e um legado político ao povo africano:

“[...] Não estamos sós. A África, a Ásia e os povos livres e libertados de todos os cantos do mundo estarão sempre ao lado dos milhões de congoleses que não abandonarão a luta senão no dia em que não houver mais colonizadores e seus mercenários no nosso país. Aos meus filhos, a quem talvez não verei mais, quero dizer-lhes que o futuro do Congo é belo e que o país espera deles, como eu espero de cada congolês, que cumpram o objetivo sagrado da reconstrução da nossa independência e da nossa soberania, porque sem justiça não há dignidade e sem independência não há homens livres.

Nem as brutalidades, nem as sevícias, nem as torturas me obrigaram alguma vez a pedir clemência, porque prefiro morrer de cabeça erguida, com fé inquebrantável e confiança profunda no destino do meu país, do que viver na submissão e no desprezo pelos princípios sagrados. A História dirá um dia a sua palavra; não a história que é ensinada nas Nações Unidas, em Washington, Paris ou Bruxelas, mas a que será ensinada nos países libertados do colonialismo e dos seus fantoches. A África escreverá a sua própria história e ela será, no Norte e no Sul do Sahara, uma história de glória e dignidade.

Não chores por mim, minha companheira, eu sei que o meu país, que sofre tanto, saberá defender a sua independência e a sua liberdade.

Viva o Congo! Viva a África!”.

Múltiplos olhares sobre a educação, história e cultura

A presente coletânea compreende um largo espectro temático contemplando desde aspectos históricos gerais sobre os primórdios da formação histórico-social e cultural, passando por questões da modernidade e da contemporaneidade africana, para transbordar em reflexões prospectivas sobre a África e seus povos.

Em Desafios para a implementação da Lei 10.639: apontamentos sobre possíveis impactos da reforma do ensino médio no ensino de história da África Adriano Bueno debruça-se sobre o lugar e os percalços que a abordagem da temática africanística enfrentou no debate legislativo por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e a sua não inclusão como caput na Carta Magna dela resultante. Bueno evidencia a edição da Lei 10.639 como resultante do acolhimento pelo governo federal, sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011), de antigas reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais engajados nas questões de cidadania e igualdade racial.

Discorre igualmente sobre o percurso recente do ensino de história da África e cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro a contar de 2003, ano da sua oficialização. Nesse aspecto ressalta a fundamental importância de se assegurar a continuidade de ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução da Lei No. 10.639 como condição indispensável para a sua efetiva realização e continuado aperfeiçoamento.

O autor manifesta sua preocupação com o futuro reservado ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena face as mudanças no cenário político-administrativo nacional em consequência do *impeachment*, em meio do mandato, condenada por crime de responsabilidade não provado, da presidente da República, Dilma Rousseff, assumindo, em 2015 (interinamente) e a partir de 2016 (em caráter definitivo) o então vice-presidente, Michel Temer e no pós eleições presidenciais de 2018 com a subsequente diplomação como presidente da República do capitão Jair Bolsonaro. Ao editar, em 2016, através de Medida Provisória (de No. 746), a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, também designada “Novo Ensino Médio” – atropelando o debate em torno do Projeto de Lei (nº 6.840) sobre a reforma do ensino médio em tramitação no Congresso Nacional desde 2013 – convertida posteriormente, na Lei 13.415 (2 de setembro/2017) o governo Temer introduz elementos de incerteza no concernente a diferentes aspectos das diretrizes de base da educação para o ensino médio, notadamente a introdução da contratação de profissionais com notório saber para desempenhar atividade docente, a fragmentação do ensino médio em itinerários formativos específicos e, no concernente o destino reservado ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Isso porque a inserção da disciplina na grade curricular ficou condicionada aos requerimentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pelo Conselho Nacional de Educação em 22 de dezembro de 1917, esta fortemente influenciada pelas demandas de qualificação profissional na ótica restritamente empresarial (em detrimento da formação cidadã), sob a égide da financeirização da educação e do ensino primordialmente voltado para o mercado. Essa contrarreforma de nítida posição conservadora que vem sendo ensaiada pelos governos que vem sucedendo desde 2015 desmonta o clima propício ao ensino e pesquisa da História e Cultura Africana e Afro-brasileira que havia sido criado pela lei de 2003.

Iniciada na região mediterrânea do Magreb, a influência da cultura árabe no continente africano é uma presença que se encontra em constante processo de expansão. Desde a Antiguidade, na esteira da expansão comercial no Mediterrâneo e no Saara, a cultura, língua árabe e a religião islâmica mesclam-

se com as nativas da África marcando sua presença em todos os atuais países africanos. Mansur Lutfi, no seu artigo *Presença e influência da cultura árabe em África*, nos apresenta um guia com valiosas sugestões para desenvolver um programa de estudos desde a Antiguidade, ao examinar a história da região desde a rivalidade entre Roma e Cartago pelo controle do mar e terras do Mediterrâneo que se consubstanciou nas guerras púnicas cujo desfecho garantiu a supremacia de Roma na região. Com o fim do império romano, ocorre a expansão árabe e da religião islâmica a partir do século VII em toda região mediterrânea européia e norte-africana, até sua derrocada marcada pela Batalha de Lepanto no século XVI e a expansão do domínio dos estados-nação europeus sobre o Magreg. Na Conferência de Berlim (1884-1885), tema que é recorrente nos vários textos seguintes, convocada para fazer valer a nova correlação de força entre os países europeus, ocorre uma nova partilha da África e Ásia, dando os contornos das áreas sob domínio colonial até a eclosão dos movimentos de afirmação e libertação nacional no século XX.

Em *História da África: novas abordagens*, Marina Gusmão de Mendonça aborda os principais momentos da historiografia sobre África. O primeiro e não menos importante reside na hermenêutica pontificada por Hegel em *Lições sobre a Filosofia da História* segundo a qual “os africanos são crianças eternas, envoltos na negrura da noite sem a luz da história consciente”, logo, arremata o filósofo germânico, “África é o espírito a-histórico”.

Entendimento que se transmuta, observa a autora, na esteira da necessidade de contextualizar a existência africana e dos seus povos no processo de colonização que se seguiu à partilha do continente e a exploração dos recursos necessários à acumulação capitalista, ensejando a transição do ‘espírito a-histórico para a história africana explicada pela Europa. É quando se inicia a edificação da concepção eurocentrista da história dos povos da África.

Mendonça realça o papel e influência dos expoentes da Escola dos Anais para o início da derradeira virada da abordagem historiográfica, numa perspectiva totalizante, pontuando, ademais, que fatos históricos transcendentais como as duas guerras mundiais – e de permeio o advento da Revolução Russa e o avanço do nazifascismo – fraturaram a confiança civilizatória europeia propiciando a emergência de uma historiografia africana. Com isso, a perspectiva colonial cede lugar à abordagem dos povos não-europeus nos domínios da história econômica, social, política e cultural. Fator não menos importante nesse sentido, o acelerado processo de descolonização aportou decisivamente para o desenvolvimento da História da África como disciplina específica e campo de pesquisa científica, no qual, estudiosos africanos se juntaram a especia-

listas europeus. É quando começaram a se desenvolver também, na própria África, estudos sobre o continente conduzidos por africanos, perfilando como pioneiro dessa geração de pesquisadores o senegalês Cheikh Anta Diop. Embora representando um avanço as novas histórias autóctones desse período ainda padeciam de forte influência dos modelos historiográficos europeus, apenas contornado com a emergência da chamada história “resistente”, sendo momento especialmente assinalável a organização da História Geral da África (HGA), editada a partir da década de 1980, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Mais do que a crítica ao eurocentrismo que fundamenta a historiografia preponderante sobre a África, impõe-se o desenvolvimento de um polo africano com a constituição de uma personalidade histórica autônoma e o estabelecimento de novos parâmetros conceituais e metodológicos para a pesquisa dentro do preceito segundo o qual “*A História da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita*”.

Débora Mazza e Nima Spigolon, em *Diálogos entre literatura, oratura e educação*, apresentam uma reflexão sobre a importância da valorização das manifestações orais em suas múltiplas formas – poemas, jogos, lendas, ritos etc. - e da epistemologia a elas relacionadas para a realização de um processo educacional efetivo e libertador. Chamam a atenção do leitor que é pela via da oratura que se transmite os conhecimentos tradicionais que, mesmo na sociedade moderna, tem garantida um papel significativo com o advento das novas tecnologias. Contudo, quando a realidade vivenciada nas escolas é examinada em detalhe, fica patente a existência de um conflito entre a cultura nela dominante, predominantemente letrada e organizada em torno de currículos compostos de disciplinas que “esquartejam a dinâmica da vida cotidiana”, e a cultura popular de base oral, com saberes não sistemáticos vinculados com o mundo vivido. Conflito esse marcado por uma assimetria de poder já que a cultura escolar é tida como a única válida por dar acesso a um conhecimento sistematizado e válido do real. As autoras, ao desvelar as entranhas desse conflito, procuram mostrar que a via para sua necessária superação passa pela constante problematização:

A oratura e a literatura são estratégias humanas de construir repertórios e repositórios dos conteúdos humanos. Portanto, respeitar essas dimensões é interagir e se reconhecer parte do movimento contínuo que problematiza: como os humanos dialogam com os mundos natural e social?

Quais as linguagens construídas? Como conferir estatutos às linguagens ancestrais que antecedem a escrita e perduram apesar da escrita? Como reconhecer os repertórios da oratura? Como problematizar a supremacia da literatura?

Essas questões que as autoras formulam são fundamentais para se repensar a escola e a educação na realidade africana, assim como na latino-americana, onde a oratura e a literatura convivem em permanente tensão, agravada pela herança colonial sobrevalorizando a escrita, que não se resolve pela escolha de uma contra a outra mas apontam caminhos na busca de novos modos de interação.

Wilson do Nascimento Barbosa em *Metodologia da Negritude e das Culturas Negro-Africanas* distribui sua explanação em três momentos: o método aplicado à investigação científica; o tema da negritude enquanto objeto de estudo; o trabalho do investigador empenhado no estudo e no aprofundamento das temáticas africanistas, designadamente, negritude, história da África, culturas negro-africanas. O autor elucida a importância e papel do método na investigação científica enfatizando elementos constitutivos de que se deve apetrechar o pesquisador na busca do conhecimento teórico e empírico. Aponta, como componentes intrínsecos ao método, a definição da lógica como disciplina filosófica e o método dialético, ferramentas auxiliares na construção do conhecimento dos processos naturais e sociais nas suas especificidades e totalidade, enquanto movimento universal. Ao enfatizar que o método tem uma parte mais filosófica, e outra parte mais técnica, de certo modo, instrumental, descreve os eixos ou pontos metodológicos principais para uma formulação correta do problema ou objeto de estudo. Barbosa situa a emergência da questão da negritude no limiar do advento da Revolução Industrial e a consequente ocupação do território e a incorporação do africano, via escravização, na engrenagem da acumulação capitalista que se seguiu à partilha (Conferência de Berlim), abrangendo os períodos colonial e neocolonial, este ainda vigente. Elucida como *pari passu* com o aparecimento das burguesias locais, produtos do imperialismo e do neocolonialismo, desenvolvem-se nesse substrato o discurso e a luta dos primeiros lutadores libertários, aqueles criadores do movimento de emancipação premidos pela opressão e encorajados pela difusão do liberalismo e da luta democrática resultante das revoluções europeias (1789, 1830, 1848, 1871), e sua contribuição para o despertar da consciência política negra nos dois lados do Atlântico. Mostra que o movimento político da negritude assume dimensão maior na luta da comunidade negra norte-americana, no com-

bate dos imigrantes negros (americanos e africanos) na França e na Grã-Bretanha, na luta nas colônias inglesas na África e dos movimentos reivindicatórios do Golfo da Guiné. Conflitos que se generalizam a partir do fim da segunda guerra mundial, propulsionados por atores institucionais como igrejas protestantes, missões anglicanas e metodistas, calvinistas escoceses, seitas cristãs na África e igreja dos negros no sul dos Estados Unidos e Caribe, e os movimentos literários, e também por personalidades públicas como William Edward Burghardt (W.E.B.) Du Bois (1868-1963), Blaise Diagne (1872-1934) e muitos outros, somando-se perto de uma centena de lideranças nas antigas possessões e nas metrópoles.

Por último, Wilson Barbosa situa os pré-requisitos da análise da negritude na ambiência brasileira que vai da influência e legado dos movimentos abolicionistas e pós-abolicionistas locais (1940-1980), passando pela formação do novo movimento negro (1978-2002), liderado pelo M.N.U. (Movimento Negro Unificado), até os dias atuais. Para esse desiderato, segue-se uma proposta de ementário metodológico contendo os princípios e procedimentos de observância para o investigador brasileiro sobre a negritude num contexto em que para além das múltiplas exigências e variadas especificidades deve-se ponderar os naturais desafios a serem enfrentados até a produção do relatório final do estudo/pesquisa.

Em *História Cultural e Etnicidade Negra*, Barbosa discorre sobre a importância e as motivações para a construção da História Cultural, com base nas metodologias modernas, de uma história focada no essencial, isto é, que participe das lutas do presente, como proposto por seu fundador Voltaire, em oposição à narrativa das aparências destinada à difusão das pequenas moralidades, mais apropriadas ao escamoteio das realidades dos reais processos da formação histórico-social. Significa encontrar uma história cultural que se preste a conversar com as multidões oprimidas e aparentemente despersonalizadas engendradas no Brasil no contexto da formação da sociedade capitalista. Ao apontar o que é essencial para o caso brasileiro, Barbosa coloca em tela de fundo as dinâmicas e processos que moldaram o que se convencionou designar “sociedade brasileira” constituída de dois subconjuntos étnicos locais – dominadores e dominados.

Já em *Uma Dialética do Branco e do Preto*, Barbosa discute o ser, o estar e o lugar de fala, significa dizer os direitos civis, ou mais apropriadamente o não-direito, reservados à massa escura, isto é, aos escravos e seus descendentes e aos indígenas na sociedade brasileira no percurso histórico ao mesmo tempo que expõe a essência da “cultura branca” ostentada pelos membros da

classe dominante brasileira no exemplo de conceitos e práticas tais como mérito, igualdade de oportunidades e tantos outros que conformam o amalgama da sociedade de classes e as práticas segregacionistas das elites, questões que desafiam os intelectuais comprometidos com o espírito de uma mudança progressista, a reflexão sobre a cultura afro-brasileira, a compreensão da estrutura que a mesma hoje apresenta, a contribuição na inventariação de suas experiências e seus recursos, e a mobilização de seus elementos mais ativa para uma participação positiva no engajamento de sua etnicidade.

Objetivar a Estrutura Cultural destaca a natureza da temporalidade histórica de uma estrutura cultural dada abrangendo até duas gerações que aplicado ao brasileiro significa horizonte em torno de 90 anos (1890-1980) e as questões que essa mudança de estrutura coloca para negros, ameríndios e mestiços e sua herança e práticas culturais e os recursos para a sua correta apropriação, compreensão e interpretação. Tanto mais que as culturas – todas – são, também etno culturas.

Barbosa realça *O Lugar da Etno cultura* como elemento motriz de explicitação da cultura negra existente na sociedade brasileira enquanto pauta de transformações necessárias e momento de emersão da autoconsciência negra, porquanto uma cultura que está viva não pode se pensar a não ser como (a) manutenção da cultura própria (b) e a oportunidade de ser a si mesmo, quer dizer, criação cultural.

Focando a realidade africana atual, Samima Patel discute a situação atual de Moçambique e seus desafios para uma educação multilíngue. País multilíngue e multicultural, como a maioria dos países africanos e apresentando semelhanças com vários países do continente americano, Moçambique vem orientando sua política educacional no sentido de alfabetizar e de dotar o ensino fundamental de um currículo de modo a proporcionar a um número cada vez maior de alunos o ensino em duas línguas, dentre dezenove línguas faladas pelo seu povo. Até essa decisão crucial, a ênfase havia sido posta no ensino na língua do colonizador como meio para construir a unidade nacional. Para dar conta desse desafio, uma radical mudança de postura em relação ao passado de suma importância para a valorização da sua rica diversidade cultural e para a obtenção de um processo de ensino efetivo, têm sido desenvolvidos programas pelos órgãos oficiais em associação com agências de cooperação internacional para a formação dos profissionais que desempenham um papel-chave nesse processo: os professores bilíngues. Samima Patel, professora da Universidade Eduardo Mondlane, apresenta um histórico da educação em Moçambique desde o período em que foi colônia de Portugal, enfatizando os dilemas e

as várias mudanças de direção da política educacional no período posterior à libertação nacional ocorrida em 1975 e analisa criticamente o atual processo de formação de professores bilíngues. Iniciando com programas de formação em serviço para professores do sistema público de educação, atualmente essa política vem sendo também implementada pelas Instituições de Ensino Superior (Universidades e Institutos Pedagógicos) para a formação inicial de professores. Além de apresentar os múltiplos aspectos que essa política apresenta desde o processo de sua formulação até sua implementação, Samima Patel expõe os resultados de suas pesquisas em campo, pondo o leitor em contato direto com as manifestações de autoria dos professores em processo de formação e em atividade profissional bilíngue. Muitas dessas falas denotam uma visão com resquícios de cultura colonizada ao se tratar do ensino de línguas e culturas africanas, pondo, como desafio fundamental para a formação de professores, a discussão de questões histórico-ideológicas e filosóficas que permitam superar essa visão. Sintetizando sua concepção de formação de professores bilíngues e da relação dos órgãos públicos com esses profissionais em atividade, Samima Patel considera fundamental que

O professor seja visto como agente ativo de todo o processo de ensino e aprendizagem, isto é, que também sejam produtores do conhecimento e não simples receptores que acatam cegamente tudo o que é imposto pelos planejadores e curricularistas das instituições centrais.

Decorrente da expansão europeia em busca de “especiarias”, a partir do século XV, impôs-se globalmente um construto social de homem civilizado, branco e europeu, que mantém sua hegemonia até hoje, implicando a negação do Outro. Contra essa visão de homem e sociedade se insurgem os autores de obras literárias das antigas colônias que lutam pela independência nacional e descolonização das mentes.

Examinando o caso da literatura angolana e seus autores nesse processo, Rita Chaves faz um percurso, discutindo as teses de teóricos da literatura e sociedade de diferentes origens – africanos e europeus – desde a conquista territorial resultante da empresa colonial, passando pela partilha da África pelas potências europeias na Conferência de Berlim em 1884 e os movimentos de libertação anticoloniais no século XX. A Partilha da África sob a égide do chanceler prussiano Bismarck, então bem-sucedido na realização de seu projeto de construção de um estado-nação alemão através da imposição de um modelo único de cultura, língua e Estado a uma miríade de pequenos estados onde vi-

goravam diferentes manifestações culturais, visou a redividir o mundo colonial entre os estados que exerciam seu domínio sobre esse território procurando, também, fazer valer o poder e ambição das potências emergentes. O desenho resultante da Conferência de Berlim foi a criação de espaços de domínio por um único estado europeu, dividindo povos e juntando outros de língua, cultura e organização social diferentes. Os novos espaços criados, decorrentes da correlação de forças entre os países coloniais, foram dominados através da imposição de instituições criadas ou adaptadas, para essa nova realidade. Mecanismo fundamental para esse domínio foi a imposição da língua oficial do estado-nação dominador e a repressão às manifestações culturais e linguísticas dos povos dominados. Rita Chaves assinala que essa “contenda” entre os países coloniais “condicionou o curso da História” resultando em uma situação que “se nas línguas africanas melhor se pode definir a autoafirmação de sua população, sua utilização potencializa a incomunicabilidade entre as partes que integram cada país”. Os escritores angolanos se propõem a tarefa de superar fronteiras e criar simbolicamente a união mesmo assumindo a existência da multiplicidade de línguas e formas de expressão. Criam, assim, uma literatura de combate à ordem colonial:

Superando as fronteiras do novo país, essa sensação de vitória sobre o colonizador durante muitos anos deu-nos a nós, os entusiasmados leitores da Literatura Angolana, a convicção de que a escrita ao participar do esforço de subversão da ordem colonial teria recuperado o seu papel sagrado. Nas mãos dos angolanos ela recumpria a função de nomear, ato que conferia sentido às coisas.

Em *Moçambique no Mundo Global*, José Luís Cabaço estabelece um diálogo com a historicidade dos acontecimentos, dos seus protagonistas, da conjuntura em que se desenvolveram em África, no exemplo moçambicano, identificando analogias entre a época da invasão colonial e a ofensiva econômica e cultural dos tempos presentes da mundialização do capital, ou como convencionou, globalização, mediados por métodos de exploração afins, os primeiros fundados no racismo, na ideia de superioridade de uma raça sobre a outra, e os segundos assentados preponderantemente na suposta “superioridade” civilizacional.

O autor desvela a metamorfose do *modus operandi* do colonialismo português em Moçambique que vai (1) da ocupação efetiva do território no final do século XIX e a exploração dos seus recursos naturais visando a prosperi-

dade da metrópole, (2) passando pelo controle e a exploração intensiva das colônias ultramarinas durante o período nacional corporativo quando Portugal pratica uma política de autoisolamento em relação ao capitalismo internacional, (3) até o pós Segunda Guerra, quando busca ajustar a política colonial aos ventos da independência nacional que sopram sobre o continente africano.

Aborda ademais os fatores que induziram Portugal, na contramão do que relutou permitir em sucessivas décadas, ao engendramento nas colônias, isso por volta dos anos 60, da emergência de uma camada média formada por mestiços, asiáticos e de negros “assimilados”. Eram, pontua o autor, os efeitos da pressão dos ventos de mudança” que varriam o continente.

Trata ademais da sinuosa trajetória moçambicana pós-independência que vai do projeto político orientado à construção do Estado-Nação, obstaculizado por descaminhos na sua condução interna e confrontado com impedências externas no contexto da “guerra fria”, na qual os países do terceiro mundo se inseriam, mas, sobretudo, no âmbito regional austral, hostilizado por dois estados segregacionistas, a África do Sul do apartheid e a Rodésia racista e em cujo contexto desenrolou-se a guerra (1976-1992), inicialmente caracterizada como “conflito de baixa intensidade” mas que se foi metamorfoseando no caudal das pressões da bipolaridade internacional e também das tensões domésticas ignoradas ou não resolvidas.

Situa o ulterior desenvolvimento de Moçambique no contexto do fim da velha polarização URSS-EUA, os desequilíbrios monetários e a insolvência que empurra o país aos braços das instituições de Bretton Woods, *com o retorno do domínio incontrolável e global do capital financeiro internacional, quando as potências ocidentais restauravam a sua vocação imperial que fora abalada pela descolonização, pelas lutas guerrilheiras anti-imperialistas, pela crise social no interior das metrópoles.*

A claudicação do país ao sistema financeiro internacional e a sazão ao capital financeiro se traduziu na sensível redução do papel do estado na vida da nação e a deslocação das políticas de desenvolvimento para a priorização dos programas de “reajuste estrutural” com consequências sociais verdadeiramente dramáticas.

Segue-se ao enfraquecimento do estado e às privatizações dos ativos estatais estratégicos e em meio a crescente degradação da função pública com a expansão da corrupção e a depauperação social a emergência de dois atores chamados à sua mitigação: os doadores, também designados “parceiros na co-operação internacional”, dos quais Moçambique depende enormemente para o equilíbrio da sua conta em divisas fortes, e as organizações não-governamen-

tais e instituições religiosas com papel destacado na condução da vida civil, embora, como salienta o autor, falta-lhes a autoridade legitimada e o poder de coação que caracterizava a ação das metrópoles, nos idos coloniais.

Em *Prioridades e desafios do desenvolvimento futuro dos países africanos*, Muryatan Santana Barbosa oferece uma perspectiva que vai na contramão dos anos que se seguiram ao período pós-independência até os nossos dias, marcados pelo desenvolvimento subalterno e, portanto, guindado à herança colonial e aos imperativos neocoloniais na senda da chamada crise internacional da dívida, com a moratória mexicana; o foco é um olhar prospectivo para o desenvolvimento progressista, multifacetado e autônomo possível para o futuro de África.

Na primeira parte do artigo (*O dilema africano*), o autor chama a atenção para o gigantismo continental africano e suas riquezas, ao mesmo tempo em que destaca os problemas que matizam a região numa ação combinada pela recusa à domesticação neocolonial apenas de fachada sustentada pelas elites locais, e pela ação perversa das corporações transnacionais presentes em diferentes países da região que determinam o papel e lugar das ex-colônias na divisão internacional do trabalho, basicamente como supridoras de matéria-prima para a matriz europeia, ou novos demandantes na América e Ásia.

Ressalta outrossim a capacidade técnico-administrativa e gerencial construída no período pós-independência o que possibilita aos países africanos embrenhar-se na senda do planejamento de políticas públicas condizentes com os requerimentos do combate ao subdesenvolvimento, a mitigação da pobreza ainda persistente no continente, e o lançamento das bases para a redenção econômica e social de cada país.

Ao enfatizar que a independência da maioria dos atuais estados africanos foi produto, em primeiro lugar, da ingente luta desenvolvida pelos seus povos, Muryatan adverte que fatores endógenos persistentes, como a troca desigual no comércio exterior com as antigas potências coloniais

Na sequência (*A descolonização é um processo*), trata da forma como os diferentes países enfrentaram os desafios da descolonização no imediato pós-independência, os logros alcançados sob a égide das prioridades políticas, mormente no campo social. Enfatiza, ademais, que a batalha pela independência econômica despoletada mais tardiamente em cada país, consoante seu estágio de desenvolvimento, ainda constitui um processo a vencer, o que significa dizer, pelas palavras do autor: “Apesar da enorme capacidade de adaptação dos africanos às transformações, ainda que induzidas de fora, tal situação requer da África uma política de segurança democrática e continental, que seja

produzida e coordenada pelos próprios africanos. Mas essa tomada de decisão depende de uma plena descolonização política e cultural de suas elites”.

Este quadro não se alterou qualitativamente neste início do século XXI. Do ponto de vista quantitativo, como é sabido, a ascensão internacional da China trouxe ganhos consideráveis no comércio exterior para os países da América Latina e da África. No caso africano, do ponto de vista econômico mais amplo e, por vezes, geopolítico, a presença chinesa aumentou consideravelmente a margem de manobra dos países africanos diante dos EUA e dos países europeus. E este foi um dos elementos importantes para a consolidação de governos mais progressistas nestas regiões neste período. Sendo que alguns destes, inclusive, conseguiram melhorar a vida de suas populações locais. Ou seja, produziram não apenas crescimento, mas desenvolvimento.

Na terceira parte (*As prioridades*) é destacada a multivariada potencialidade de recursos naturais dos países africanos, o que corrobora imensas possibilidades para uma cooperação entre eles baseada na complementariedade de interesses, na busca do desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, “A prioridade para esses países é sem dúvida ‘ligar o motor de partida’”, ou seja, encontrar uma maneira de desencadear sucessivas ondas de crescimento de seu mercado e de sua produção doméstica, a fim de maximizar o ganho de seu comércio exterior.” Constituem óbice para essa virada a ofensiva neocolonial sistemática e permanente que mantém inúmeros países do continente dilacerados ou paralisados nos seus propósitos de (re)construção nacional. É enfatizado o inegável papel benfazejo da unidade programática e de ação dos países africanos como condição crucial para o seu ulterior desenvolvimento progressista, autossustentado e soberano.

Concluindo suas reflexões, Muryatan Barbosa aponta um novo horizonte político aberto pelos “autênticos movimentos populares”, que estão se desabrochando independentemente a partir da organização popular que vem ocorrendo na luta por seus legítimos interesses, que apontam para a construção de uma sociedade democrática, multiétnica e sustentável, enraizada na cultura africana.

Jean-Jacques Rousseau em páginas notáveis do seu *Ensaio sobre a origem das línguas*, que o antropólogo Claude Lévy-Strauss considera como nascedouro das modernas ciências humanas, dizia que para se conhecer o Homem, necessariamente deveríamos “lançar o olhar ao longe” e fazer do encontro das diferenças que os homens apresentam a descoberta das qualidades comuns. O conjunto das contribuições multidisciplinares que compõem a presente coletânea nos convida a conhecer e refletir sobre a História e Cultura Africana.

na abordando-a não como algo referente a um Outro exótico mas como constituinte de nossa própria identidade. As diferenças que a África manifesta quando a estudamos segundo diferentes abordagens e os seus dilemas atuais são também uma fértil fonte de inspiração para a busca de alternativas para atuarmos sobre os nossos problemas.

A introdução do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares é, portanto, uma iniciativa que abre horizontes na comunidade escolar para refletir sobre nossa identidade e abre caminho para a construção de uma sociedade realmente democrática, democratizando a cultura escolar fazendo-a refletir criticamente sobre nossas origens e sobre o valioso legado recebido da África.